



CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

SECRETARIA

REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE TERRENOS PERTENCENTES AO DOMÍNIO DO MUNICIPIO DE ODEMIRA, PARA ORDENAMENTO E REALOJAMENTO DA POPULAÇÃO DE AZENHA DO MAR

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º. - Pela portaria nº. 476/81 de 9 de Junho, foi desanexado e transmitido a favor desta Câmara Municipal, para ordenamento e realojamento da população da Azenha do Mar, parte do prédio rústico denominado " Azenha do Mar ".

Artigo 2º. - A cedência de utilização deste terreno destinam-se exclusivamente a residentes na povoação da " Azenha do Mar" e recenseados na Freguesia de São Teotónio.

§ Unico - Poderão ser contemplados outros cidadãos residentes na área, e que pretendam fixar-se na povoação, por motivos profissionais - exercícios da actividade piscatória e outras durante o período mínimo de 3 meses (exemplo, apanhador de algas marinhas e outras ligadas à actividade marítima).

Artigo 3º. - A cedência do direito à utilização dos lotes, será efectuada mediante a constituição do direito de superfície, dado o objectivo da operação de realojamento da população, e tendo em conta o condicionalismo da entrega do terreno pelo Estado à Câmara Municipal.

§ Unico - A taxa a pagar eventualmente pelos cidadãos contemplados estará igualmente de acordo com o valor a pagar ao Estado, pela Câmara Municipal de Odemira.

Artigo 4º. - O direito de superfície, a que se refere o artigo ante-

rior, será constituído por prazo não inferior a 50 anos.

§ Unico - O prazo do direito de superfície será fixado no acto de constituição e pode ser prorrogado pelos períodos que forem convencionados, salvo nos casos em que o superficiário expressamente renuncie à prorrogação.

CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA DOS LOTES

Artigo 5º. - A cedência dos lotes depende de prévia inscrição dos eventuais interessados na Secretaria da Câmara Municipal.

§ Primeiro - A inscrição referida no corpo deste artigo será divulgada por meio de edital pelo prazo de 30 dias;

- § Segundo - A lista dos candidatos, será tornada pública, por meio de Edital pelo prazo de 30 dias, da qual constarão os admitidos e contemplados, bem como, os excluídos.

Artigo 6º. - Os lotes destinam-se à construção de habitação própria e não poderão ser utilizados para outros fins, excepto os definidos para outras actividades no Plano de Urbanização Local, bem como a utilização necessária ao apoio profissional dos interessados (pesca).

§ Unico - Os interessados poderão, entre si, trocar os lotes que lhe couberem no sorteio, mas sem qualquer compensação remuneratória.

- Artigo 7º. - Depois de legalizada a cedência do lote, e a partir dessa data, os interessados dispõem de um prazo de 24 meses para a conclusão das obras.

- Artigo 8º. - Serão atribuídos lotes para o exercício do comércio relativamente ao comércio já instalado na área a realojar.

Artigo 9º. - Na construção das habitações ou instalações comerciais,



CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

SECRETARIA

os interessados obrigam-se a respeitar na íntegra todas as indicações dada pela Câmara Municipal, relativas aos projectos de construção aprovados, bem como às demais normas legais relativas a licenças e construção.

Artigo 10º. - Os interessados que não cumprirem os projectos aprovados pela Câmara Municipal, ou as indicações desta relativamente à construção serão passíveis de sanções a aplicar mediante deliberação da Câmara, que poderão ir até à perda de cedência do lote e demolição das obras executadas.

Artigo 11º. - A alienação das construções levadas a efeito nos lotes atribuídos nos termos do presente regulamento, sómente poderá ser efectuada a favor do Município de Odemira.

Artigo 12º. - Os locais onde actualmente se exerce o pequeno comércio na área da Azenha do Mar - após a operação de realojamento não são considerados estabelecimentos comerciais.

Artigo 13º. - Quaisquer dúvidas ou omissões que surjam na aplicação deste regulamento serão resolvidos mediante deliberação da Câmara Municipal.

Aprovado por proposta, pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 20 de Novembro de mil novecentos e oitenta e cinco.

Aprovado com alterações pela Assembleia Municipal em Sessão ordinária de 2 de Dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco.

Odemira, 22 de Janeiro de 1986

O PRESIDENTE DA CÂMARA,